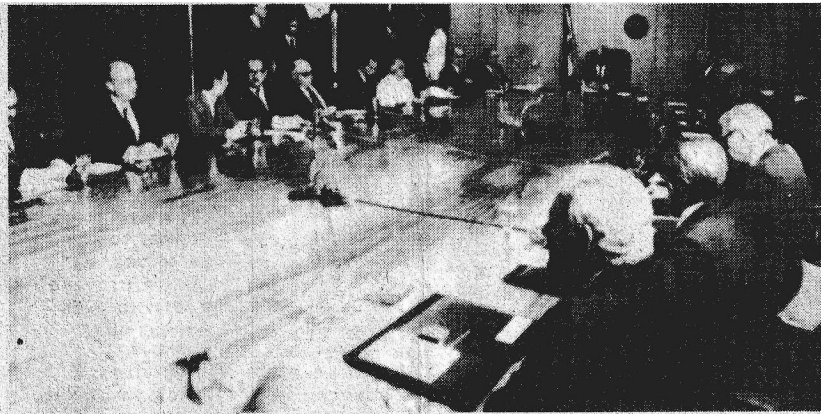


A reunião do Conselho de Segurança Nacional: todos os ministros...



... convocados, alguns de surpresa.

Segredo até para alguns ministros

Desta vez, a informação não vazou. Ninguém, a não ser os ministros Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, Danilo Venturini, secretário do Conselho de Segurança Nacional, Octavio Aguiar de Medeiros, do SNI, e Delfin Neto, do Planejamento, além dos três ministros militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e do vice-presidente Aureliano Chaves, tinha conhecimento antecipado das medidas anunciadas ontem pelo presidente João Figueiredo, durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, que aconteceu no final da tarde, no Palácio do Planalto.

Até mesmo os outros ministros pareciam tão perplexos quanto os

jornalistas que cobrem diariamente a Presidência da República. Mas isto tem uma razão de ser: esta reunião do Conselho de Segurança Nacional só foi decidida segunda-feira à noite, pelo próprio presidente, e a convocação aconteceu ontem cedo, por telefone, pegando de surpresa até mesmo os ministros. Um deles, Cloraldino Severo, dos Transportes, viajou cedo e teve de ser substituído pelo secretário-geral do Ministério.

"Não sei de nada, mas só se pode esperar coisa grossa", informou um ministro, antes de subir para o encontro no terceiro andar do Palácio do Planalto, pedindo que seu nome não fosse citado. Mesmo o ministro do Trabalho, Mu-

rilo Macedo, só acompanhou as negociações na área de sua competência direta, ou seja, de limitação dos reajustes salariais de todas as classes trabalhadoras a 80% do INPC. Ele esteve várias vezes, esta semana, no Gabinete Civil, conversou ontem pela manhã com o ministro Delfin Netto e, aparentemente, foi convencido pelo argumento palaciano de que "melhor que assegurar aumento salarial é assegurar o emprego", que o porta-voz Carlos Átila define como sendo a intenção governamental ao adotar a medida.

Enquanto isto, os mais de cinquenta jornalistas que se aglomeravam no saguão do andar térreo do Palácio faziam as mais diversas es-

peculações, pois não dispunham de nenhuma informação e foram impedidos até de chegar ao segundo andar, onde fica a sala do porta-voz Carlos Átila. O ato gerou um protesto formal do presidente do Comitê de Imprensa, jornalista Sílvio Leite, "pelo cerceamento imposto aos jornalistas credenciados". Átila explicou que "a credencial é um privilégio", e que "há limitações ao trabalho jornalístico mesmo nos países onde a imprensa é totalmente livre. Mas o governo tem todo o interesse e desejo em fornecer à imprensa o máximo de informações, pois o êxito de suas decisões depende da conscientização da sociedade através dos meios de comunicação".